



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Ausências

O evento que marcou a inclusão de Jundiá para a lista de Municípios de Interesse Turístico (MIT), na tarde de domingo, no Jardim Botânico, em Jundiá, não contou com a presença dos vereadores da cidade. Alguns gestores e o deputado federal Miguel Haddad (PSDB) compareceram para cumprir o dever de secretário de Turismo do Estado de São Paulo, Laércio Benko.

Dobradinha

Pouco antes do evento no Jardim Botânico, Miguel foi para a festa da Varginha, acompanhado do vereador e presidente da Câmara de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB). Aliás, a dupla já foi vista junta em vários eventos aos finais de semana. Aventa-se pelos corredores políticos que a dobradinha aconteça nas próximas eleições. Um pela eleição à Assembleia Legislativa, e, o outro, em busca da reeleição à Câmara dos Deputados.

Estilo 'esporte'

Ainda no evento no Jardim Botânico, quem passou pelo local no horário da cerimônia de inclusão de Jundiá na lista de Municípios de Interesse Turístico (MIT) pode não ter reconhecido o gestor de Governo e Finanças de Jundiá, José Antonio Parimoschi. Ele, que é visto somente com terno, deixou de lado o figurino social e aderiu ao 'sapatênis', calça jeans e camiseta para a tarde de domingo.

Moção

Na sessão da Câmara de Jundiá de hoje será votada moção de apelo ao governo federal de autoria do vereador Gustavo Martinelli (PSDB) para que seja regulamentada a carreira de Agente de Trânsito. Já existe trâmite, em Brasília, para a regulamentação da profissão, instituindo normas gerais, competências, direitos e deveres para a categoria.

TCE Rio

O esquema de corrupção no TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio teria bancado R\$ 900 mil em despesas do governador Luiz Fernando Pezão. A afirmação é de Jonas Lopes Neto, filho do ex-presidente do TCE Jonas Lopes e delator do esquema ao lado do pai. Os valores teriam sido pagos por empresas de alimentação que tinham contrato com o governo de R\$ 160 milhões para refeição em presídios estaduais.

FHC

A eleição indireta para presidente, realizada pelo Congresso, geraria "mais confusão", disse ontem o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). FHC falou na véspera do início do julgamento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) da chapa Dilma-Temer, que pode cassar o presidente Michel Temer. Para o tucano, "o Brasil está há muito tempo de pernas pro ar, mas começa a assentar um pouco".

GREVE POR AUMENTO

Servidores de Louveira votam paralisação hoje, no sindicato

Hoje será realizada assembleia dos servidores públicos de Louveira para definição da greve geral por conta da aprovação, em sessão extraordinária da Câmara dos Vereadores, de reajuste de apenas 1% aos trabalhadores. A reunião acontecerá a partir das 18h30, na sede do sindicato na cidade (rua Armando Steck, 379, Centro), e definirá se a categoria adere à paralisação e em que data.

Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e

Autarquias de Valinhos, Louveira e Morungaba (St-mavim), Valteni Alves Santos, a categoria, que engloba 1,9 mil servidores (entre concursados e em comissão), está engajada. "Na quinta-feira, quando houve a votação, todas as categorias estavam representadas tentando reverter a votação na Câmara. A assembleia definirá a adesão à greve e também a data. Existe o prazo de 72 horas que serão cumpridos, então, a paralisação deve iniciar a partir de segunda-feira, dia 10", explica.

O sindicalista afirma que todos os procedimentos legais serão seguidos, para que não exista possibilidade de contestação por parte do Ministério Público. "A expectativa é de que a Prefeitura chame o sindicato para negociação", aponta.

A Prefeitura de Louveira informou, por assessoria de imprensa, "que somente se manifestará hoje sobre o assunto."

Retrocesso

Na semana passada, cerca de 350 servidores com-



EXTRAORDINÁRIA Servidores públicos pressionaram vereadores, na semana passada

pareceram à sessão extraordinária de votação de projeto de lei e emendas relacionadas ao aumento de 1% proposto pelo prefeito. A Guarda Municipal e a Polícia Militar foram acio-

nadas para evitar a entrada, além da capacidade, do plenário da Câmara. A expectativa do sindicato é de que todas as categorias estejam representadas na assembleia.

CÂMARA DE JUNDIAÍ

Moção de autoria do vereador Antonio Carlos Albino (PSB) pede retirada de terreno de lista de venda pelo Estado

Venda de área do IAC/CEA é item de debate na sessão

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

A inclusão do terreno de aproximadamente 50 alqueires que abriga o Centro de Engenharia e Automação (CEA) do Instituto Agronômico de Campinas (IAC), de Jundiá, na lista de propriedades do Estado de São Paulo que serão colocadas à venda tem mobilizado a sociedade. Hoje, uma moção de apelo para retirada da área da lista, de autoria do vereador Antonio Carlos Albino (PSB), será votada na sessão ordinária da Câmara de Jundiá. Além deste assunto, a pauta conta com outros sete itens, sendo um deles, veto do Executivo.

A moção sobre o tema é a segunda apresentada na Casa. "O local é histórico. Existe processo de tombamento em trâmite, mas a área é importantíssima em relação a nascentes. O local é rico em água e à beira da Serra do Japi. Não podemos deixar a área ser vendida", argumenta Albino. Dele também é a autoria do projeto de lei que desena-



HOJE Pauta terá oito itens, entre eles, um veto do Executivo a projeto que obriga divulgação de dados por entidades que recebem verba pública

deou o veto apresentado pelo prefeito para esta sessão. Este, aliás, é o segundo veto apresentado a projetos do autor. "Vou tentar reverter apresentando as justificativas legais existen-

tes e que estamos amparados pelo jurídico da Câmara. A publicidade de dados de entidades privadas que recebem verbas públicas é importante e esta lei vem a complementar

outra, de 2014, estrita à Saúde. Esta amplia para todos os setores, como Liga de Futebol, Escolas de Samba", detalha.

Albino ainda tem na pauta de votação um proje-

to de lei que exige, em locais de eventos, orientações sobre segurança e emergência, para determinar afixação externa de cópia do alvará de funcionamento e mapa do interior do estabelecimento.

De autoria do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), o projeto de lei que fixa horário para a retirada e a reposição de valores em caixas eletrônicas de agências bancárias será apresentado aos parlamentares para votação. O projeto foi protocolado em julho do ano passado e tem por finalidade proteger os clientes, por conta do risco de ações criminosas a que ficam expostos enquanto a carga ou a descarga de malotes acontece. O projeto, segundo justificativa do autor, é semelhante a lei existente em Catanduva.

Ainda entre os projetos de Lei, Romildo Antonio da Silva (PR) apresenta item que altera a Lei 3.705/91, que regula a construção de muro e calçada e a limpeza de terrenos, para obrigar o responsável a afixar placa com seu nome e telefone.

CRISE

Cármem Lúcia discute a questão penitenciária com TJ

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármem Lúcia, se reuniu nesta segunda-feira (3) com 21 dos 27 presidentes dos Tribunais de Justiça do País para discutir, entre outros assuntos, as medidas que têm sido adotadas para diminuir a superlotação nas prisões.

O encontro desta segunda foi o sexto desde que ela assumiu o comando da Corte e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão de controle do Judiciário.

Além da situação dos presos, também foram discutidos na conversa processos parados nos tribunais, concursos para juízes e processos de execução fiscal (pagamento de dívidas).

Na questão penitenciária,

agravada no início do ano após uma série de rebeliões e massacres em diversos estados, Cármem Lúcia pediu que os desembargadores enviem até a próxima segunda-feira (10) quantos processos relativos a cumprimento de penas estão parados nos TJs.

Diante das dezenas de mortes, fugas e rebeliões no início do ano, a presidente do STF já havia pedido "esforço concentrado" aos presidentes dos tribunais.

À época, rebeliões e massacres deixaram dezenas de mortos em penitenciárias do Amazonas (56), do Rio Grande do Norte (26) e de Roraima (31). Além disso, cerca de 30 presos haviam fugido de uma cadeia no Paraná e outras dez

personas haviam ficado feridas após motim em um presídio em Minas Gerais.

Na reunião desta segunda, a ministra relatou o andamento dos trabalhos do CNJ para criar um cadastro nacional de presos no País, inclusive com a padronização de formulários a serem preenchidos pelos juízes.

No encontro, Cármem Lúcia também reforçou a necessidade de os tribunais de Justiça mapearem a situação de mulheres grávidas presas. "As dificuldades são em grande maioria iguais. Então, aqui, tomamos as resoluções de como enfrentar igualmente os problemas", disse ao final o presidente do TJ-MG, Geraldo de Almeida.

SANCIONADA

Lei mantém cargos na Assembleia

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) sancionou a lei que altera a denominação para "especiais" de servidores comissionados na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo). Proposto pela antiga Mesa Diretora da Casa, o texto é uma tentativa de contornar a exoneração de 251 servidores em cargos de confiança que deveriam ser concursados, objeto de uma ação judicial.

Em resumo, extingue os cargos de assessores e assistentes técnicos e os transforma em secretários e assistentes "especiais". A nomenclatura confere a eles status e responsabilidades de coordenação. Na prática, limita-se a renomear cinco tipos de cargos, que ganha-

ram atribuições genéricas, descritas com verbos como "coordenar" e "orientar".

A lei, como a Folha de S.Paulo noticiou, dribla uma ação do Ministério Público de São Paulo, que considerou inconstitucional a livre nomeação de servidores para exercer funções técnicas na Casa -esses servidores em cargos de confiança frequentemente são apadrinhados políticos de deputados.

O número total de comissionados (2.927) é quase quatro vezes maior que o de efetivos (759) na Assembleia. Antes da sanção, o procurador-geral de Justiça, Gianpaolo Smanio, informou que analisaria o projeto dos deputados em juízo. (FP)